

A falta que a festa faz

João Leal

Os sucessivos confinamentos associados à covid-19 levaram ao cancelamento ou à suspensão temporária de muitas festas. Para fazer face a essa suspensão, muitas delas se colocaram sob o signo da transição digital: recorrendo às redes sociais para partilha de fotografias e vídeos de celebrações anteriores, promovendo *lives* ou efetuando transmissões *online* de segmentos rituais sem público etc. As festas acompanharam, assim, de formas muito diversas e criativas, uma das grandes transformações da economia e da sociedade no “novo regime pandêmico”, expressa – por exemplo – na generalização do teletrabalho, no aumento significativo do comércio *online* ou – no campo das artes – na generalização de espetáculos, *performances*, concertos, exposições etc., também *online*. Essas tendências já vinham se manifestando, mas aceleraram-se

significativamente no decurso da pandemia. Segundo a revista *The Economist*, durante o primeiro confinamento (entre março e junho de 2020), a transição digital fez em alguns meses um caminho que em condições normais faria em dez anos.

No caso das festas, entretanto, o caminho da transição digital foi mais significativo em alguns de seus tipos do que em outros. Provavelmente foi mais relevante em festas com alguma expressão institucional, com audiências maiores e com percursos anteriores de mercantilização e mediatização. Inversamente poderá ter sido menor em festas que ocorrem em espaços sociais marcados por relações face a face e sem inserção muito efetiva – ou tangencial – em circuitos de patrimonialização e mercantilização da cultura. A dimensão religiosa das festas poderá ter sido outro fator importante, sobretudo no caso em que elas decorrem de promessas individuais. A relação entre devotos e deuses é ainda – apesar de tudo – um domínio que pertence mais à esfera pessoal do devoto do que à esfera pública, para a qual muitas festas se direcionam.



Holy Ghost Brotherhood Mariense
Centro Cultural De Santa Maria
846 Broadway, East Providence, RI, 02914
(401) 434-4418

IMPÉRIO 2020
Imperadores:
Mr. & Mrs. Fatima and David Bairos

TAKE-OUT SOUP
Sunday July 26, 2020, 8am to 2pm

The annual feast has been cancelled but in the spirit of giving and honoring tradition, we will be offering "sopas" for take-out (no indoor dining). Members and non-members are welcome to pick up soup anytime between the hours of 8am and 2pm, while supplies last.

During that time, we will also have tasty malassadas on sale and the crown altar on display. So, put on your mask and stop by to participate in this brief but memorable event.

(Face Masks Required)

Comunicado *online* do Império Mariense de
East Providence, EUA

Interrupção ou fim das festas?

As festas do Espírito Santo que tenho pesquisado (Leal, 1994, 2017) incluem-se nesse segundo tipo. Embora realizadas em diferentes contextos – nos Açores (ilha de Santa Maria), em East Providence (EUA) e em São Luís (Brasil), em particular no terreiro de tambor de mina Ilê Ashé Obá Izô – em todas elas a transição digital foi menos relevante. As festas foram canceladas, mas não foram generalizadamente montadas em alternativas digitais. Nos casos – como nos EUA ou em São Luís – em que elas fazem parte de repertórios de atividades rituais mais alargados que têm lugar ao longo do ano,

verificou-se também o cancelamento de sua maior parte. Nos contatos que fiz, o espírito era de inevitabilidade misturada com esperança: “a festa faz falta, mas logo isto vai passar e a festa vai voltar”.

Será mesmo, entretanto, que a festa vai voltar (se não este ano, pelo menos em 2022)?

A primeira forma de responder a essa pergunta pode ser cética. A interrupção de celebrações periódicas pode, ocasionalmente, determinar seu fim. Foi isso que aconteceu com muitas festas do Espírito Santo na Califórnia, onde, durante a Segunda Guerra Mundial, os edifícios de muitas irmandades do Espírito Santo foram requisitados pelo governo norte-americano para instalar tropas e equipamentos, e, uma vez a guerra terminada, muitas festas não foram retomadas, e dissolveram-se as respectivas irmandades (Goulart, 2002). Há que dizer que a culpa pela interrupção das festas não resultou apenas do esforço de guerra norte-americano. De fato, já nos anos 1920 e 1930, a tendência dominante entre os emigrantes açorianos e seus descendentes era no sentido da assimilação, e isso se traduzia na perda gradual da importância das festas – elas haviam sido centrais para o desenvolvimento de sociabilidades e identidades migrantes, mas a assimilação as enfraquecera. De qualquer modo, a interrupção provocada pela Segunda Guerra Mundial constituiu o golpe fatal em dezenas de festas.

Algo equivalente poderá vir a acontecer em São Luís (Maranhão). Provavelmente a maioria das festas regressará, mas outras – em menor número – talvez não. Tal como no caso da Califórnia, porém, não será a interrupção por si só que determinará

seu eventual fim. De fato, em particular a partir de 1990, São Luís assistiu a um crescimento exponencial do número de festas do Espírito Santo – ou festas do Divino – em terreiros de tambor de mina que, em 2014, eram cerca de 70, quando em 1990 não passavam de 39. Vários fatores contribuíram para esse crescimento. Entre eles um teve grande importância: a inscrição das festas no regime patrimonial – ou como diria Laurajane Smith (2006) no “Authorized Heritage Discourse (AHD)” – prevalente no Maranhão. Isso se traduziu, entre outros aspectos, na montagem de um sistema estadual de apoios financeiros às festas, inicialmente as mais conhecidas – em Alcântara, na Casa das Minas e na Casa de Nagô (os dois mais célebres terreiros de tambor de mina de São Luís) –, mas depois tornou-se tendencialmente universal. Com a derrota política da dinastia Sarney, ocorrida nas eleições estaduais de 2014, esse sistema de apoios foi questionado e, em decorrência, já então se falava em São Luís a respeito da eventual diminuição do número de festas do Divino. É possível que o cancelamento das festas em 2020 venha a potencializar essa tendência, sobretudo se se mantiverem os constrangimentos epidêmicos determinantes de seu cancelamento (como parece provável, dada a gravidade da situação sanitária no Brasil ainda em 2021). Não serão muitas as festas que serão descontinuadas, mas algumas provavelmente serão.


Nesses dois casos – e esse ponto deve ser enfatizado – não é tanto a interrupção das festas que determinou ou eventualmente determinará seu fim, mas é ela que, a par de tendências preexistentes, pode facilitar esse desfecho.

De resto, em Portugal, temos experiências relativamente bem documentadas de cenários similares de “fim de festa”. Nas décadas de 1960 e 1970 desenvolveu-se forte surto migratório das áreas rurais do país – para França, Alemanha ou Luxemburgo –, e isso determinou o fim ou longa interrupção de algumas festas. Foi o que aconteceu com aquelas associadas ao ciclo dos 12 dias no norte de Portugal, em especial as festas dos rapazes, particularmente atingidas porque seus protagonistas – os rapazes – pertenciam à faixa etária que mais emigrava. É certo que muitas dessas festas foram posteriormente revitalizadas, o que, entretanto, não impediu sua não realização durante muitos anos.

Em outros casos, o cancelamento de festas em 2020 – e eventualmente em 2021 – poderá não ter consequências de vulto, como em Santa Maria (Açores), cujas festas dependem de promessas individuais. Não havendo promessas não há festa. Na freguesia onde realizei o trabalho de campo (Santa Bárbara) não há memória de que alguma vez isso tenha acontecido entre os anos 1960 e metade dos anos 1990. As décadas de 1960 e 1970, apogeu da emigração açoriana para os EUA e o Canadá, as festas eram permanentemente alimentadas pelas promessas dos emigrantes, muitas delas relacionadas à própria emigração: “se eu for para a América e tiver sorte, prometo um império”. Com o passar do tempo, contudo, essas promessas de emigrantes tornaram-se escassas. E a partir de 1995 – primeiro ano em que não houve festas do Espírito Santo em Santa Bárbara – perdeu-se o caráter periódico, substituído pelo intermitente. Assim, em 2020, enquanto em outras freguesias de Santa

Maria as várias festas previstas foram canceladas, em Santa Bárbara não chegou a haver cancelamento, posto que não havia previsão de ocorrência.

Nesse caso, uma vez que a intermitência se tornou uma característica definidora da festa, a interrupção pandêmica não terá provavelmente grande efeito. Voltará a haver festas quando houver promessas.



COMUNICADO COVID-19

Diante dos acontecimentos atuais relacionados ao **coronavírus (COVID-19)**, o **Ilê Ashé Obá Yzoo** em conformidade com as recomendações do Ministério da Saúde e OMS (Organização Mundial da Saúde), vêm informar ao público que **irá suspender temporariamente** suas atividades até as próximas orientações dos órgãos competentes. **Pedimos a todos que cumpram o isolamento social**, visando diminuir as possibilidades de proliferação do vírus, para que possamos estar juntos em breve e com muito axé.

Atenciosamente,
Vodunsu Hunsidahôu Obá Jedô.



Comunicado *online* do terreiro de tambor de mina
Ilê Ashé Obá Izoo, São Luís, Maranhão

A festa continua

Apesar da sua interrupção em 2020 – e eventualmente em 2021 – a maioria das festas, passada ou acalmada a pandemia, irá continuar (ou assim se espera). Os motivos para esperança encontram-se no fato de o confinamento de algumas festas – nomeadamente as que tenho referido – ter sido parcial.

Em muitos casos realmente foram implementadas alternativas rituais “metonímicas”, posto que alguns segmentos rituais substituíram a festa em seu conjunto. Assim, em East Providence não houve festa, mas houve distribuição de sopas do Espírito Santo em regime de *take away* (que muitos restaurantes implementaram e continuam a implementar durante a pandemia). No caso das festas do Divino de São Luís, em vez da festa completa, ocorreram ladinhas em louvor ao Espírito Santo, mas sem toques de caixa, até porque as caixeiras – mulheres negras majoritariamente com mais de 70 anos que têm a seu cargo a direção e o acompanhamento musical das festas – pertenciam a um grupo de risco.

A implementação de alternativas rituais metonímicas foi uma forma de afirmar que a festa, embora momentaneamente cancelada, continuava viva e voltaria, uma forma de afirmar “a falta que a festa fez (e faz)” ou, se quisermos, uma forma de resistência à falta da festa. Mesmo sem festa, assinalamos sua ausência.

A falta da festa

Que a festa faz falta e que as pessoas resistiram a sua falta são fatos que encontram outras expressões. Para abordar esse aspecto, no entanto, proponho nos deslocarmos das festas que os antropólogos costumam estudar – com algum grau de formalização pública e com amplas audiências (como as que tenho referido) – para outras modalidades, mais restritas e informais.

Portugal reconhecidamente fez boa gestão do primeiro confinamento (entre março e junho de 2020), apresentando números muito baixos, no quadro europeu, de infecções e mortes associadas à covid-19. Tornou-se, contudo, a partir de fevereiro de 2021, o país europeu com números mais altos – absurdamente mais altos – de infecções e mortes por covid-19. Durante dias, diante das emergências do maior hospital público do país havia filas de ambulâncias que lá permaneciam durante dezenas de horas com doentes dentro, porque os serviços – embora no limite máximo de sua capacidade – não conseguiam responder à demanda. Em função do quase colapso dos hospitais públicos, os privados tiveram que ser “requisitados”, e outros países europeus – como a Alemanha – enviaram equipes para ajudar os médicos e enfermeiros portugueses. Em março os números baixaram significativamente, mas o confinamento – embora com medidas de abrandamento gradual – continua e vai continuar, pelo menos até a Páscoa de 2021.

Em face dessa situação, havia que encontrar razões e responsáveis. Eram vários os candidatos: a onda de frio que assolou o

país em janeiro e na metade inicial de fevereiro; o relaxamento das medidas de proteção individuais que se seguiu ao anúncio da vacina. Consenso quanto a um aspecto rapidamente emergiu.

O governo endurecera em novembro de 2020 as medidas de semiconfinamento, mas não decretou medidas suplementares para o período do natal e do ano-novo. Contrariamente a muitos países europeus, que enrijeceram as medidas de confinamento nessa época do ano, em Portugal vigorou uma opção mais moderada. Embora o governo e o presidente tivessem aconselhado a redução das deslocações intermunicipais e a presença de um número diminuto de pessoas nas celebrações do natal e do ano-novo, não foram implementadas medidas duras nem proibições. Muitas pessoas seguiram os conselhos governamentais. Outras – é impossível dar números – não o fizeram. Há de qualquer forma muitos relatos de almoços e jantares de confraternização que juntaram dezenas de pessoas sem proteção e sem distanciamento social. Segundo muitos comentadores, foram esses muitos almoços e jantares de natal e as celebrações de ano-novo que atuaram como *super-spreaders* da covid-19. Do natal, as pessoas traziam não apenas os presentes que lhes haviam sido oferecidos, mas também o vírus.

O governo e o presidente resolveram facilitar, provavelmente porque acreditavam em duas premissas: a) na importância que para as pessoas tinham essas festas; b) na maturidade dos portugueses para seguir seus conselhos. Se a primeira premissa era verdadeira, a segunda não era. De fato, o que a situação posterior mostrou é que as celebrações do natal e do ano-novo eram de tal

maneira importantes para um número considerável de pessoas, que elas deixaram de lado a maturidade que delas se esperava.

Em última instância, a responsabilidade pelo que aconteceu é da falta que a festa faz às pessoas. Edmund Leach (1977) tem um artigo antigo sobre o natal e o ano-novo no oeste europeu que demonstra a complementaridade sociológica dessas duas festas, entendidas como ocasiões de reiteração e de celebração de laços sociais marcados ora pela proximidade – no caso do natal – ora pela amplitude social – no caso do ano-novo. O estar com outros – próximos ou distantes – é uma característica geral da festa. Essa proximidade física e festiva foi o que o confinamento cancelou. E foi contra esse cancelamento que muitos portugueses reagiram, ignorando as recomendações das autoridades no sentido de contenção.

Disso, entretanto, havia precedentes no primeiro confinamento, quando surgiam frequentemente notícias de reuniões festivas informais que tinham que ser dispersas pela polícia: centenas de jovens que se juntavam à noite via WhatsApp em estacionamento perto da praia, *raves* clandestinas anunciadas nas redes sociais, jantares de aniversário com centenas de pessoas etc. Para cada evento desses que foi noticiado, dezenas de outros passaram despercebidos.

Conclusão

O cancelamento de muitas festas com maior exposição pública – de que as festas do Espírito Santo são apenas um exemplo – foi acompanhado em muitos casos pela multiplicação – mesmo contra as regras do confinamento ou do simples bom senso – de festas e reuniões festivas mais informais.

Embora aparentemente contraditórios, os dois fenômenos podem ser vistos em conjunto – ambos apontam para a “festa que a falta faz”. Ou porque a festa não se fez mesmo e todos sentiram sua falta, ou porque ela se fez – ainda que contra as normas de distanciamento social – como forma de contrariar a falta que ela fez.

O que essas duas tendências mostram – como se fosse preciso mostrá-lo – é aquilo que os antropólogos dizem há muito tempo: a festa não é um mero ornamento decorativo da vida social, mas um aspecto decisivo do modo como são configuradas e vividas as relações entre pessoas e grupos e – no caso das festas religiosas – as relações entre pessoas e grupos e as divindades. A festa é por isso o assunto mais sério do mundo.

Em seu célebre ensaio sobre as variações sazonais entre os esquimós (1983), Marcel Mauss contrasta dois períodos do ano marcados por orientações sociológicas distintas: enquanto no verão predominam a dispersão e a atomização social, no inverno triunfam a concentração social e as vivências em grupo. A festa seria um dos instrumentos centrais para essa concentração social invernal. A conclusão do ensaio de Mauss – a lei sociológica mais geral que

dele retira – é que a vida social oscila entre esses dois polos opostos. Com a pandemia, é como se a vida social tivesse suspenso essa oscilação. O confinamento tende de fato a restringir as sociabilidades e os relacionamentos ao polo da atomização e da dispersão. A “falta que a festa faz” é a falta desse outro polo – desconfinado – que organiza as sociabilidades e os relacionamentos.

Postscriptum

Este artigo foi escrito, nos inícios de março, quando a segunda onda da covid-19 atingia em Portugal proporções alarmantes. Desde então a situação sanitária melhorou significativamente, devido tanto às enérgicas medidas de confinamento adotadas pelo governo como em resultado dos progressos na vacinação da população. Isso não significou que um certo número de restrições não se mantenha em vigor, entre elas as relativas aos ajuntamentos de pessoas, sobretudo festivos. Sucede o mesmo em outros países referidos ao longo do artigo, como os EUA e, por mais razão, o Brasil – onde o negacionismo em relação à covid-19 continua a ter consequências dramáticas.

Por isso, não é ainda este ano de 2021 que a maioria das festas vai voltar. Mas em Portugal, pelo menos, regressaram os sinais da impaciência festiva que conduziu ao confinamento de fevereiro. Têm-se multiplicado de novo as festas informais – sobretudo entre segmentos mais jovens da população –, e a conquista do

campeonato português de futebol pelo Sporting Clube de Portugal, ao fim de 19 anos de jejum, originou festejos que juntaram em Lisboa dezenas de milhares de pessoas eufóricas, que a polícia não conseguiu controlar.

As tendências que identifiquei ao longo do artigo mantêm-se, portanto, ativas: o cancelamento de muitas festas com maior exposição pública continua a ser acompanhado pela multiplicação de festas e ajuntamentos festivos informais. Mas parece mais próximo o tempo em que a festa não vai fazer mais falta.

Referências citadas

GOULART, Tony (ed.). *The Holy Ghost Festas. A historic perspective of the Portuguese in California*. San Jose, CA: Portuguese Chamber of Commerce. 2002.

LEACH, Edmund. [1961]. Two essays concerning the symbolic representation of time. In: *Rethinking Anthropology*. London: The Athlone Press, p. 124-136. 1977.

LEAL, João. *O culto do Divino. Migrações e transformações*. Lisboa: Edições 70. 2017.

LEAL, João. *As festas do Espírito Santo nos Açores. Um estudo de antropologia social*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1994.

MAUSS, Marcel. [1904-1905]. Essai sur les variations saisonnières des sociétés Eskimos. Étude de morphologie sociale. In: *Sociologie et anthropologie*. Paris: P.U.F. 1983. p. 389-477.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. Oxford/New York: Routledge. 2006.